DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 2964/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/20871/2015
PROTOCOLO	: 1642438
ÓRGÃO	: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANGÉLICA
JURISDICIONADO	: 1 - LUIZ ANTONIO MILHORANÇA; 2 - ANTÔNIO CARLOS GORGATTO
CARGO DO JURISDICIONADO	: 1 – PREFEITO; 2 - SECRETÁRIO
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 266/2015
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2015
OBJETO	: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PAR A MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DE ANGÉLICA - MS.
CONTRATADA	: JOSÉ KOOL EPP
VALOR INICIAL	: R$ 38.040,00
ÓRGÃO JULGADOR	: JUÍZO SINGULAR
RELATOR	: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA. CONTRATAÇÃO PÚBLICA. 1ª E 2ª FASES. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PAR A MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DE ANGÉLICA - MS. REGULARIDADE E LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO REALIZADO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO. PROSSEGUIMENTO.

O processo em epígrafe se refere à análise do procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 044/2015 (f. 126-163) e formalização do Contrato Administrativo nº 266/2015 (f. 235-241), firmado entre o **Município de Angélica - MS**, CNPJ/MF nº 03.747.649/0001-69, representado pelo Prefeito, Sr. Luiz Antonio Milhorança, CPF/MF nº 280.216.731-68, por intermédio do **Fundo Municipal de Saúde**, CNPJ/MF nº 11.343.940/0001-08, representado pelo Secretário, Sr. Antônio Carlos Gorgatto, CPF/MF nº 335.977.311-04, como contratante, e de outro lado a empresa **José Kool Epp**, CNPJ/MF nº 00.431.935/0001-22, representada pelo Sr. José Kool, CPF/MF nº 305.783.701-82, como contratada.

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de mecânica par a manutenção de veículos leves e utilitários pertencentes à frota municipal de Angélica - MS, em atendimento às Secretarias Municipais, no valor de R$ 38.040,00 (trinta e oito mil e quarenta reais), e prazo de vigência de 22/7/2015 a 22/7/2016.

A 2ª Inspetoria de Controle Externo, através da análise ANA - 2ICE - 2222/2016 (f. 245-249) se manifestou pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 044/2015 e formalização do Contrato Administrativo n° 266/2015.

O Ministério Público de Contas analisou os documentos acostados nos autos e por meio do parecer PAR - 2ª PRC - 2244/2017 (f. 263) opinou pela regularidade do procedimento licitatório e da formalização do contrato em apreço, nos termos do artigo 59, I, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, combinado com o artigo 120, I e II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

É o relatório.

Cumpridos os pressupostos processuais e instruídos regularmente os autos, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, parágrafo único, II, "b", da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

O mérito da questão repousa na análise do procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 044/2015 e na formalização do Contrato Administrativo nº 266/2015.

No que tange ao procedimento licitatório, este seguiu os ditames da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente o disposto na Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, acompanhado da dotação orçamentária garantidora dos dispêndios, da aprovação pela assessoria jurídica, da habilitação dos licitantes, das atas e deliberações, do parecer jurídico e dos atos de adjudicação e homologação do resultado.

O instrumento de contrato foi formalizado de acordo com as determinações do capítulo III da Lei Federal nº 8.666/93 e estabelece com clareza e precisão as condições para a sua execução.

O contrato foi firmado em 22/7/2015 e a publicação de seu extrato ocorreu em 26/8/2015 (f. 243), de acordo com o prazo estabelecido pelo parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal n° 8.666/93.

Desta forma, acolho o posicionamento adotado pelo eminente Procurador de Contas porquanto, de fato, o procedimento licitatório e a formalização do contrato administrativo se mostram adequados às normas legais vigentes.

Ante o exposto, com fundamento legal no artigo 21, II e artigo 59, I, ambos da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, combinado com os artigos 9º e 10, II, artigo 120, I e II e artigo 171, da Resolução Normativa TC/MS n° 76, de 11 de dezembro de 2013, acolho o parecer ministerial e **decido**:

1 – Pela **regularidade** e **legalidade** do procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 044/2015 e da formalização do Contrato Administrativo nº 266/2015, firmado entre o **Município de Angélica - MS**, CNPJ/MF nº 03.747.649/0001-69, representado pelo Prefeito, Sr. Luiz Antonio Milhorança, CPF/MF nº 280.216.731-68, por intermédio do **Fundo Municipal de Saúde**, CNPJ/MF nº 11.343.940/0001-08, representado pelo Secretário, Sr. Antônio Carlos Gorgatto, CPF/MF nº 335.977.311-04, como contratante, e de outro lado a empresa **José Kool Epp**, CNPJ/MF nº 00.431.935/0001-22, representada pelo Sr. José Kool, CPF/MF nº 305.783.701-82, como contratada;

2 – Pelo **retorno** destes autos à 2ª ICE para que aguarde a total execução financeira do contrato, nos termos do artigo 84, parágrafo único, II, "a" combinado com o artigo 120, § 2º do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

3 - Pela **intimação** dos interessados acerca do resultado deste julgamento, em conformidade com o artigo 50, I, da Lei Complementar nº 160, de 02 de Janeiro de 2012, combinado com o artigo 70, § 2º e artigo 99, da Resolução Normativa TC/MS n° 76, de 11 de dezembro de 2013.

Campo Grande - MS, 10 de abril de 2017.

CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

Relator